



Plenário pode votar regras de eleição em caso de vacância

Marcos Oliveira/Agência Senado — 12/7/2017



O projeto de Ronaldo Caiado será votado no Plenário do Senado após requerimento apresentado por Lindbergh Farias

Projeto de Ronaldo Caiado estabelece critérios para o Congresso escolher presidente e vice-presidente da República se os cargos ficarem vagos nos últimos dois anos do mandato presidencial

O Senado deve analisar proposta que regulamenta a eleição indireta para presidente e vice-presidente da República em caso de vacância de ambos os cargos nos dois últimos anos do mandato presidencial, como determina a Constituição.

O projeto, de Ronaldo Caiado, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e iria direto para

a Câmara, mas recurso do senador Lindbergh Farias levou o texto a Plenário.

De acordo com a proposta, nos 15 dias seguintes à vacância, os partidos ou coligações poderão registrar candidatos no TSE. O Congresso se reunirá em sessão unicameral para a escolha em voto secreto. Haverá segundo turno se nenhuma chapa alcançar maioria absoluta. **3**

Divulgado parecer da Lei de Diretrizes Orçamentárias **3**

Malta quer prisão perpétua para estupro infantil **6**

Site do Senado está em espanhol, inglês e francês **2**

Armas podem ter chip para rastreamento **7**

Código Comercial será debatido em Dourados (MS) **6**

Congresso analisa MP que cria cargos para pasta da Segurança

Chegou ao Congresso a medida provisória que cria 164 cargos destinados ao Ministério Extraordinário da Segurança Pública. Uma comissão mista será instalada para examinar a MP. Na

quarta-feira, foi publicada a norma que altera a Lei Orçamentária Anual para incluir esses cargos e outros 67, destinados ao gabinete da intervenção federal no Rio de Janeiro. **5**

Tônia Rêgo/Agência Brasil



Rio está sob intervenção federal na área da segurança desde fevereiro

Comissão instala grupo de amizade Brasil-Coreia do Norte

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional instalou ontem o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Norte. Formado

por senadores e deputados, o grupo brasileiro terá um correspondente a ser instalado pelo parlamento da nação asiática. **7**



Artur José de Oliveira, Fernando Collor e Manuel Lopes da Cruz durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores

Indicados para Azerbaijão e Malaui vão a Plenário

As indicações dos diplomatas Manuel Lopes da Cruz e Artur José Saraiva de Oliveira para as embaixadas

brasileiras no Azerbaijão e no Malauí, respectivamente, foram aprovadas na Comissão de Relações Exteriores. Antes

eles foram sabatinados pelos senadores do colegiado. Os nomes seguem agora para análise do Plenário. **7**

Visitação do Congresso é certificada pelo site TripAdvisor

O programa de visitação institucional do Congresso recebeu o Prêmio Certificado de Excelência do TripAdvisor pelo quinto ano seguido em 2018. A visitação das duas Casas legislativas recebeu mais de 85% de avaliações positivas (bom ou excelente) do público no site TripAdvisor, considerado o maior site de viagens do mundo. **8**

Debatedores apontam desafios para empreendedorismo no país

Perspectivas para o desenvolvimento do empreendedorismo no país foram discutidas ontem pela Comissão Senado do Futuro, em mais uma audi-

ência da série “2022: o Brasil que Queremos”. Presidente da comissão, Hélio José defendeu a desburocratização para impulsionar a economia. **4**



Hélio José (C) comanda audiência com especialistas em economia e inovação

Arquivo Público do DF e José Cruz



Emival (no detalhe e à dir.) ajudou o presidente Juscelino Kubitschek (C) a aprovar projetos ligados a Brasília

Plenário homenageia hoje ex-senador Emival Caiado

Sessão especial celebra o centenário do autor da lei que fixou a data de transferência da capital do Rio para Brasília, cidade edificada a partir de diversos projetos relatados por ele, no final dos anos 50

O SENADO HOMENAGEARÁ hoje o centenário de nascimento do ex-senador, ex-deputado federal, advogado e jornalista Emival Ramos Caiado. A sessão especial será realizada a partir das 10h. A homenagem foi requerida pelo senador Vicentinho Alves (PR-TO).

Nascido no município de Goiás (GO) em 4 de maio de 1918, Emival Ramos Caiado foi também agropecuarista e morreu em Goiânia, em 7 de agosto de 2004, aos 87 anos.

Como deputado federal, Emival Caiado foi autor da lei que fixou a data de mudança da capital brasileira do Rio de Janeiro para Brasília (Lei 3.273, de 1957), determinando que Brasília deveria ser inaugurada no dia 21 de abril de 1960.

Juscelino

Emival foi relator dos principais projetos que estruturaram Brasília no final dos anos 50, auxiliando também o presidente Juscelino Kubitschek a articular e aprovar a mudança

da capital. O ex-senador foi filiado à antiga UDN e, depois, à Arena.

Emival era filho de Totó Caiado, um dos políticos de Goiás de maior destaque em seu tempo. Ele é pai do ex-deputado federal Sérgio Caiado e tio do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO). No livro *O Legislador da Construção de Brasília*, o jornalista José Asmar afirma que Emival Caiado foi o “arquiteto das leis” que permitiram a edificação da capital.

Site passa a oferecer conteúdos em língua estrangeira

O site do Senado oferece, desde quarta-feira, conteúdos em espanhol, inglês e francês. São informações sobre atribuições, história e funcionamento da Casa.

De acordo com o coordenador da Diretoria-Executiva de Gestão do Senado, Washington Brito, o serviço atende a uma orientação da União Interparlamentar (UIP), organização internacional de parlamentos, para que pelo menos uma parte do site esteja disponível em outras línguas. A UIP possui critérios e regras para avaliar itens como a ampliação do

acesso à informação em outros idiomas nos sites legislativos.

— Neste primeiro momento, apenas uma pequena parte do site foi traduzida, mas a ideia é que, aos poucos, mais e mais informações sejam disponibilizadas em outros idiomas.

Ainda segundo Brito, o site tem cerca de 500 mil páginas, o que impossibilita que todas sejam traduzidas. Mas a intenção é garantir que pelo menos dados básicos sobre o Parlamento brasileiro estejam disponíveis na internet para pessoas de outras nacionalidades.

O próximo passo do projeto

será a tradução, também para inglês, francês e espanhol, das páginas que contenham informações sobre o programa de visitação ao Congresso Nacional.

A UIP foi criada em 1889, tem sede em Genebra, na Suíça, e é financiada por seus próprios membros. A instituição trabalha em estreita colaboração com a Organização das Nações Unidas (ONU). Regida por estatuto próprio, visa facilitar o diálogo parlamentar e trabalhos de cooperação com o objetivo de consolidar a democracia representativa no mundo.

Comissão faz palestra sobre desenvolvimento infantil

Cerca de cem pessoas participaram na quarta-feira, em São Sebastião (DF), da palestra com o pediatra e neonatologista Laurista Corrêa com o tema “Papel dos cuidadores e interessados no desenvolvimento infantil”. O debate, organizado pela Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado, em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, faz parte do Ciclo de Palestras de Capacitação sobre a Primeira Infância.

O neonatologista falou sobre o desenvolvimento do cérebro

do bebê e como os primeiros cuidados podem influenciar na vida da pessoa. Segundo o médico, desde o momento da fecundação até o nascimento, todas as ações realizadas pelos pais podem influenciar no desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança.

— Tudo o que acontece desde a fecundação gera um resultado sobre a criança — disse.

Chefe da Unidade de Educação Básica da Coordenação de Ensino de São Sebastião, Luiz Eugenio Brito disse que falar sobre o tema pode abrir portas

para um futuro melhor.

A representante da Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado, Lisle Lucena, anunciou que no dia 28, no Auditório do Interlegis, o tema do Segundo Ciclo de Palestras de Capacitação da Primeira Infância será “Clínica com o bebê: o olhar do psicanalista e do fisioterapeuta”. A palestra, com as médicas Inês Catão e Maria Vannina, está marcada para as 15h.

Inscrições: primeirainfancia@senado.leg.br

Entra em vigor lei que obriga divulgação de tarifas na internet

As concessionárias de serviços de gás, água, telefonia e energia elétrica terão que divulgar na internet, de forma clara e de fácil compreensão, o valor das tarifas e a evolução dos preços ao longo dos últimos cinco anos. É o que estabelece a Lei 13.673, publicada no *Diário Oficial da União* de quarta-feira.

A nova lei, que já está em vigor, tem origem no PLC 166/2017, aprovado no Senado no dia 9 do mês passado.

O texto, do deputado Felipe Bornier (Pros-RJ), altera três leis para incluir a exigência da divulgação no site de cada concessionária de tabela com o valor das tarifas praticadas e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos cinco anos. A previsão será incluída na Lei de Concessões, na lei que criou

a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e na Lei Geral de Telecomunicações.

Na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), o texto foi relatado pelo senador licenciado Cidinho Santos (PR-MT). Para ele, a mudança aperfeiçoa a legislação, garantindo mais direitos aos consumidores.

“A proposição legislativa permitirá ao consumidor descobrir com mais facilidade o valor da tarifa cobrada pela prestadora do serviço público, de modo a comparar o preço cobrado por fornecedores que ofertam os mesmos serviços”, destaca no relatório.

O senador também afirma que a divulgação não provocará aumento significativo de custos aos consumidores.

Vence medida provisória que reestruturava o setor elétrico

Venceu o prazo de vigência da medida provisória que reestruturava o setor elétrico no país. O ato de encerramento da vigência foi publicado no *Diário Oficial da União* de quarta-feira.

A MP 814/2017 já havia sido aprovada sob a forma de projeto de lei de conversão pela comissão mista, mas faltava a análise nos Plenários da Câmara e do Senado.

O trecho mais polêmico do texto, afirmou o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que presidiu a comissão mista, havia sido retirado do parecer pelo relator, deputado Julio Lopes (PP-RJ). O parlamentar suprimiu o artigo que autorizava o governo a incluir a Eletrobras e suas controladas no Programa Nacional de Desestatização (PND).

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, já havia informado no dia 22 que a Câmara não votaria a MP. De acordo com ele, o governo enviará um projeto de lei sobre o tema.

Municípios

Também venceu o prazo de vigência da MP 815/2017, que autorizava o repasse de R\$ 2 bilhões aos municípios. O texto definia que a fatia de cada cidade seria calculada de acordo com as proporções estabelecidas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os recursos seriam aplicados, preferencialmente, em saúde e educação. A MP já havia sido aprovada na comissão mista, mas também faltava a aprovação nos Plenários da Câmara e do Senado.

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
9h Sessão sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

SESSÃO ESPECIAL Emival Caiado
10h Comemoração do centenário de nascimento do ex-senador Emival Ramos Caiado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Plenário analisa eleição em caso de vacância

Projeto estabelece regras para a escolha de presidente e vice-presidente da República pelo Congresso, se ambos os cargos ficarem vagos nos últimos dois anos de mandato

O PLENÁRIO DO Senado deve analisar o projeto que regula a eleição indireta para presidente e vice-presidente da República em caso de vacância de ambos os cargos nos dois últimos anos do mandato presidencial, como determina o primeiro parágrafo do artigo 81 da Constituição.

De autoria do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), o projeto (PLS 725/2015) foi aprovado em caráter terminativo no final de maio na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e iria direto para a análise da Câmara dos Deputados. Porém, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou um recurso para que o texto fosse examinado também pelo Plenário do Senado.

Pelo texto constitucional, quando os cargos de presidente e vice-presidente ficam vagos nos primeiros dois anos de mandato, devem ser convocadas novas eleições diretas no prazo de 90 dias. Se a vacância ocorrer nos dois últimos anos de mandato, essa eleição ficará a cargo do Congresso Nacional e será realizada no prazo de 30 dias. Em ambos os casos, os



Lindbergh Farias (E) apresentou recurso para que o texto de Ronaldo Caiado (D) seja examinado pelo Plenário

eleitos deverão exercer suas funções apenas pelo tempo que falta para completar o mandato de seus antecessores.

Registro

Conforme a proposta de Caiado para a regulamentação da eleição pelo Congresso, nos 15 dias seguintes à vacância, os partidos ou coligações poderão registrar seus candidatos no Tribunal Superior Eleitoral

(TSE). Os candidatos a presidente e a vice-presidente da República serão registrados em chapa única, observadas as condições de elegibilidade fixadas pela legislação eleitoral. O TSE terá cinco dias para decidir sobre os registros.

Somente poderão votar os deputados federais e senadores que estejam exercendo seu mandato, reunidos em sessão unicameral convocada

exclusivamente para essa finalidade. Para abrir a votação, o projeto exige a maioria absoluta dos membros de ambas as Casas do Congresso Nacional.

O voto será secreto e registrado em cédulas. Concluída a votação, a Mesa do Congresso Nacional vai apurar os votos e, se nenhuma chapa alcançar a maioria absoluta, um segundo turno será realizado com as duas chapas mais votadas.

Depois de proclamado o resultado, o presidente e o vice-presidente da República eleitos tomarão posse e prestarão compromisso na mesma sessão em que ocorrer a eleição.

Relator do projeto na CCJ, Antonio Anastasia (PSDB-MG) acolheu emenda para deixar claro que, enquanto os cargos de presidente e vice-presidente da República estiverem vagos e os eleitos ainda não tiverem tomado posse, serão chamados a exercer a Presidência da República, sucessivamente, os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal. Outra emenda acatada determinou que a eleição indireta será descartada se a última vacância ocorrer a menos de 30 dias do fim do mandato presidencial.

Caiado apresentou o texto em novembro de 2015, quando se cogitava um processo de impeachment contra Dilma Rousseff e ficou evidenciada a falta de regulamentação dos dispositivos da Constituição que tratam da vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República.

Relator da LDO, Dalírio Beber divulga parecer preliminar

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2019 (PLN 2/2018), Dalírio Beber (PSDB-SC), divulgou na quarta-feira o relatório preliminar, com as regras para apresentação de emendas ao projeto.

As emendas podem ser apresentadas por deputados e senadores (individuais) e por comissões das duas Casas e bancadas estaduais (coletivas). Elas se direcionam ao texto do projeto de lei, que tem caráter normativo, e ao Anexo de Metas e Prioridades.

O anexo foi elaborado pelo governo já com 23 ações prioritárias, em áreas como defesa agropecuária, ciência e tecnologia, geologia e educação. Com as emendas, o número deve subir.

As ações serão contempladas com recursos em 2019. O anexo não traz valores orçamentários, apenas metas a serem atingidas. Por exemplo, o governo espera fazer em 2019 o levantamento geológico e de potencial mineral em uma área de 135 mil quilômetros quadrados.

O relatório preliminar deverá ser votado terça-feira na Comissão Mista de Orçamento. Após a aprovação do texto, inicia-se o prazo de apresentação de emendas à LDO, que vai dos dias 13 a 20. Pelo novo

cronograma de tramitação, a votação do relatório final, construído pelo relator com base nas emendas, ocorrerá no dia 4 de julho na comissão.

A partir daí, o texto poderá ser apreciado a qualquer momento no Plenário do Congresso Nacional (sessão conjunta da Câmara e do Senado), última etapa da tramitação. A sessão do Congresso é marcada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira.

Dalírio adiantou no relatório

preliminar que deverá incluir, no texto final, as emendas impositivas de bancada. O governo enviou o projeto ao Congresso sem esta previsão. O senador deverá propor que as bancadas estaduais apresentem um determinado número de emendas que terão execução obrigatória no próximo ano. As bancadas definirão as emendas durante a discussão da proposta orçamentária, no segundo semestre.

Da Agência Câmara



Marcos Oliveira/Agência Senado — 22/5/2018

As regras para apresentação de emendas estarão no texto de Dalírio

Contas públicas terão deficit maior em 2019, alertam consultores

O próximo presidente vai enfrentar um primeiro ano de mandato com forte restrição orçamentária e deficit nas contas públicas. A conclusão consta de uma nota técnica divulgada na terça-feira pelas Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara. O texto analisa o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019, que estabelece as regras para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O projeto prevê uma meta de deficit primário de R\$ 139 bilhões para o governo central. O rombo é R\$ 20 bilhões maior do que o do ano passado. Para 2020 e 2021, a

previsão é de R\$ 110 bilhões e R\$ 70 bilhões. “Completando assim oito anos consecutivos de deficit primário e levando a dívida líquida do governo federal a 53% do PIB em 2021”, conclui a nota.

O documento alerta para a redução das despesas obrigatórias de caráter contínuo, que se estendem por mais de dois anos. O corte é de R\$ 3,8 bilhões. Segundo os consultores, o governo vai precisar mudar a legislação para tentar aumentar receitas permanentes ou reduzir gastos. Mas, segundo a nota técnica, a LDO não deixa claro como isso vai ocorrer.

O novo regime fiscal, que

limita o crescimento dos gastos da União desde 2017, também impacta a LDO. O projeto sugere, por exemplo, que o Orçamento de 2019 preveja receitas de operações de crédito acima do limite constitucional. De acordo com os consultores, essa proposta tem “diversos óbices jurídicos, técnicos e de gestão das finanças públicas”.

Outra consequência é a redução das despesas discricionárias — aquelas que o Planalto só realiza se houver recursos orçamentários disponíveis. Segundo a nota técnica, “mantida a legislação atual, em 2021 já não haveria sequer recursos

suficientes para manter o funcionamento de órgãos e de serviços públicos”.

A LDO chegou ao Parlamento em abril, na forma do Projeto de Lei do Congresso (PLN) 2/2018. O texto precisa ser votado por senadores e deputados até o dia 17 de julho. De acordo com a proposta, o crescimento do PIB em 2019 é estimado em 3%, a inflação medida pelo IPCA ficaria em 4,25%, enquanto a taxa básica de juros (Selic) e o dólar devem encerrar o ano em 8% e R\$ 3,50, respectivamente.

Leia a íntegra da nota técnica: <http://bit.ly/notaLDO2019>

Debate expõe desafios ao empreendedorismo

Participantes de audiência na Comissão Senado do Futuro apontaram burocracia, juros altos e falta de crédito como alguns dos empecilhos aos empreendedores brasileiros

A DESBUROCRATIZAÇÃO, A oferta de crédito a juros menores e a parceria entre universidades e empresas são fatores essenciais para impulsionar o empreendedorismo no Brasil, defenderam participantes de audiência pública na Comissão Senado do Futuro, ontem.

O encontro foi o sexto da série de debates “2022: o Brasil que queremos”, promovida pelo colegiado. As audiências foram requeridas pelo presidente da comissão, senador Hélio José (Pros-DF), em parceria com a sociedade de estudos União Planetária.

O senador ressaltou a urgência da desburocratização no país. Ele afirmou que, com o atual sucateamento do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), o Brasil leva em média 11 anos para aprovar uma patente. Na área de telecomunicações, leva 14 anos. Isso sem falar na burocracia e nos impostos, que prejudicam as iniciativas de empreendedorismo, disse.

— Como fazer com que as inovações cheguem ao mercado brasileiro e mundial? O Senado aprovou o PLS 150/2016,

que permite empresa abrir em dois dias e fechar em cinco dias. Agora está na Câmara dos Deputados, onde já foi aprovado em uma comissão e aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça. É preciso que os parlamentares entendam a urgência da desburocratização para apoiarmos a recuperação da economia. E o empreendedorismo precisa dessa agilidade.

O professor Tales Andreassi, da FGV, fez uma análise do quadro atual. Segundo ele,

em 2016 houve 48 milhões de pessoas envolvidas com empreendedorismo, que correspondiam a 36% da população ativa brasileira. Em 2014, a situação era de 17%, e em 2001, 14% da população ativa.

— No Brasil em crise, cresce o índice do empreendedor por necessidade, e não por oportunidade. Para dar uma ideia da importância das micros e pequenas, 53% das pessoas que têm carteira assinada no país trabalham nessas empresas, que contribuem com 20%

do PIB brasileiro. Mas é pouco. Em países desenvolvidos, elas ocupam até 80% do PIB.

Taxas de juros

Andreassi lembrou que 42% das micros e pequenas empresas fecham antes de completar três anos e afirmou que grande responsabilidade pode ser atribuída à falta de crédito, pois as taxas de juros brasileiras são muito altas.

— O cartão de crédito custa 10% ao mês; os bancos emprestam com juros de 4% a 8%

ao mês. O microcrédito é de 2% a 6% ao mês. Já os Estados Unidos, após o 11 de Setembro, chegaram a emprestar a 2% ao ano. Isso mostra a importância que um país rico dá às pequenas empresas.

Para o professor Sanderson Barbalho, da UnB, a proximidade das universidades com as empresas é um fator determinante para o desenvolvimento tecnológico. Empresas que inovaram nos últimos anos começaram com as mentes criativas de pessoas ligadas às universidades, avaliou.

Já o professor Vanderlei Bagnato, da USP, destacou a personalidade do empreendedor, que tem de ser um otimista, pois a quantidade de ideias que é transformada em produto é de 1 em 1 milhão.

— É extremamente necessário termos milhares de pessoas pensando para chegarmos a uma boa ideia que se torne um produto como um tablet ou celular — esclareceu.

Hélio José lamentou a ausência de representantes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) no debate.



Presidente da comissão, Hélio José (à mesa, ao centro) conduz debate sobre perspectivas do empreendedorismo

Proposta pode tornar furto, roubo e receptação de cargas crimes hediondos

Roubar, vender ou comprar produtos provenientes de crime ligado ao transporte de cargas pode ter punições mais severas. Começou a tramitar no Senado um projeto de lei que inclui na lista de crimes hediondos as práticas de furto, roubo e receptação qualificada de objetos de transportes de cargas. O PLS 264/2018, de Magno Malta (PR-ES), está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aguardando o recebimento de emendas dos senadores.

Os crimes classificados como hediondos são aqueles classificados como os que merecem uma punição mais severa pelo Estado. Esse tipo de crime está previsto na Lei 8.072, de 1990, que lista, por exemplo, o estupro e o latrocínio. O projeto, além de alterar Lei dos Crimes Hediondos, modifica também o Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940).

De acordo com a legislação, o furto é caracterizado como a subtração de um

bem material, sem que haja violência ou ameaça contra a vítima.

Já o roubo se caracteriza por ser a tomada de um bem de forma violenta ou por ameaça da vítima.

Para os casos de furto de veículo automotor, em transporte para outro estado ou para o exterior, o Código Penal estabelece prisão de três a oito anos. O projeto de lei inclui a previsão de igual penalidade para o furto da carga de veículos.

O projeto determina que, nos casos de roubo de vítimas em serviço de transporte de cargas, a penalidade de prisão — de quatro a dez anos — e pagamento de multa poderá ser aumentada de um terço até a metade. A legislação já traz igual previsão para os furtos de vítimas em serviço de transporte de valores.

O crime de receptação qualificada é definido como manejo, ocultação ou venda de qualquer produto de crime, bem como a utilização em pro-

veito próprio ou de terceiros, do produto em atividade comercial ou industrial. A pena prevista para o crime é a prisão, de três a oito anos, e o pagamento de multa.

O projeto de Malta institui o aumento da penalidade em um terço até a metade se o bem provenir de furto ou de roubo de cargas.

Caso a proposta seja aprovada na CCJ e não houver recurso para votação em Plenário, o texto seguirá para análise da Câmara dos Deputados.

Requião propõe pacto nacional para resolver crise política e econômica

Roberto Requião (MDB-PR) afirmou que o Congresso deve tomar a frente para resolver a crise política e econômica, antes que se instale o caos. O senador propôs que o Senado institua uma comissão de emergência, junto com a Câmara, para buscar um grande pacto nacional, que comece por atacar o desemprego. De acordo com o senador, o atual governo não reúne mais condições para dirigir o país.

— O caos que se avoluma pode nos levar, sem sombra de dúvida, à necessidade concreta de uma intervenção das Forças Armadas. Isso não é desejável, e nós temos que começar a pensar em alternativas estratégicas.



Genildo Magaloz/Agência Senado

Gurgacz quer política de preços dos combustíveis com mais transparência

Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou que o preço dos combustíveis, um dos motivos da greve dos caminhoneiros, é apenas mais um sintoma da internacionalização da economia. Para o senador, o governo precisa mudar a política econômica para priorizar o setor produtivo, e não o mercado financeiro, como vem ocorrendo há muitos anos. A nova política de preços, disse, precisa deixar clara a margem de lucro em todas as fases do processo.

— Não podemos continuar pagando a segunda gasolina mais cara do mundo entre os países produtores de petróleo. Nesse sentido, precisamos discutir, sim, o monopólio da Petrobras.



Roque de Sá/Agência Senado

Consumo consciente favorece a preservação ambiental, diz Regina

Regina Sousa (PT-PI) defendeu na quarta-feira mudanças no padrão de consumo para garantir a preservação do meio ambiente, a cidadania e a melhoria nas condições de vida. Ao destacar o Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado na terça, a senadora lembrou que a data foi instituída pela ONU para incentivar a população a preservar os recursos naturais. Regina disse que “a poluição provocada pelo plástico é uma tragédia ambiental global, que contamina solo e mares”. Segundo ela, 13 milhões de toneladas de materiais plásticos vão para os oceanos, provocando a morte das mais diversas espécies marinhas.



Roque de Sá/Agência Senado

Wellington Fagundes comemora lançamento do Plano Safra 2018/19

Wellington Fagundes (PR-MT) comemorou o lançamento pelo governo federal do Plano Safra 2018/19, que vai liberar R\$ 194,3 bilhões para custeio da próxima safra por meio dos bancos oficiais. Os recursos estarão disponíveis a partir de 1º de julho.

— Como representante de um dos estados que mais produzem grãos no Brasil, especialmente para exportação, também detentor do maior rebanho bovino do nosso país e, com uma imensidão de terras agricultáveis, posso dizer que o lançamento do Plano Safra tem um impacto muito importante nas expectativas do produtor rural e de toda a população mato-grossense.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MP cria cargos na pasta da Segurança Pública

Congresso vai instalar colegiado para analisar medida provisória que abre 164 cargos na estrutura do ministério extraordinário instituído pelo governo em fevereiro

O CONGRESSO NACIONAL recebeu na quarta-feira a Medida Provisória 840/2018, que cria 164 cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) para atender necessidades da área de segurança pública do governo.

Os cargos serão destinados ao Ministério Extraordinário de Segurança Pública, criado em fevereiro pela Medida Provisória 821/2018.

Esses cargos são de livre nomeação e destinam-se tanto a servidores públicos de carreira (ativos e inativos) como a pessoas sem vínculo com a administração pública federal. São 17 DAS-5, 58 DAS-4, 37 DAS-3, 24 DAS-2 e 28 DAS-1. Cada DAS possui um nível salarial.

Segundo o governo, a proposta de criação e provimento dos cargos terá um impacto orçamentário de R\$ 14 milhões em 2018, R\$ 19,4 milhões em 2019 e R\$ 19,5 milhões em 2020.

A medida provisória determina que o provimento estará condicionado a autorização na Lei Orçamentária Anual (LOA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A MP 840/2018 será discutida e votada em uma comissão mista, que será criada para esse fim. O texto aprovado será analisado posteriormente pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Da Agência Câmara



Forças armadas participam de operação conjunta em comunidades do Rio, que está sob intervenção federal na área de segurança desde fevereiro

Publicada lei para criação de funções no gabinete de intervenção no Rio

A alteração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para a criação de cargos na área de segurança pública é objeto também de uma lei publicada no *Diário Oficial da União* de quarta-feira. A Lei 13.671 modifica a LOA para criar 231 cargos e funções.

Nesse total estão os 164 cargos destinados ao Ministério Extraordinário da Segurança Pública (*veja ao lado*). Os outros 67 destinam-se à composição do gabinete de intervenção federal na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. A criação desses cargos relacionados à intervenção é objeto de outra medida provisória — a MP 826/2018, que está em análise na Câmara dos Deputados.

A lei publicada na quarta-feira tem origem no Projeto de Lei do Congresso (PLN) 6/2018, aprovado no Congresso no dia 15 de maio. De acordo com o governo, o impacto orçamentário será reduzido diante do aproveitamento de cargos e funções vagos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Veto

Conforme previsão constitucional, a alteração de salários e a criação de cargos só podem ser feitas por lei. Assim, como forma de complementar a Lei 13.671, foi publicada também na quarta-feira a Lei 13.672, com ajustes na lei orçamentária. O texto tem origem no PLN 7/2018.

A Lei 13.672 foi vetada parcialmente pelo presidente da República, Michel Temer, depois de consulta ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Atualmente, de acordo com a LDO de 2018, as despesas administrativas decorrentes de transferências para órgãos públicos e entidades públicas e privadas podem constar de categoria de programação específica ou correr à conta das dotações destinadas às respectivas transferências, podendo ser deduzidas do valor repassado ao órgão conveniado.

O texto enviado pelo Congresso previa que no segundo caso — quando as despesas administrativas correm à con-

ta das dotações destinadas às respectivas transferências —, em se tratando de emendas parlamentares individuais ao Orçamento, a dedução seria limitada a 4,5% do valor repassado ao órgão conveniado, sendo que o excedente seria financiado pelo órgão concedente.

Esse trecho do projeto foi vetado porque a Presidência da República não quis limitar a dedução a 4,5%, pois o excedente obrigatoriamente seria custeado pelo órgão concedente. “A medida poderia acarretar aumento de despesa aos órgãos, com consequente efeito negativo sobre as contas públicas, ou mesmo inviabilizar a execução dos projetos”, alegou Temer.

Intervenção ainda não deu resultado, lamenta Lopes

Eduardo Lopes (PRB-RJ) criticou a demora na instalação da comissão mista para exame da MP 826/2018, que criou cargos do gabinete de intervenção federal no Rio. Ele criticou também o interventor federal, general Braga Netto, que não compareceu a audiência pública do colegiado.

Para o senador, a intervenção era necessária, mas a medida ainda não obteve os resultados esperados. Ele disse lamentar que R\$ 1,2 bilhão liberado pelo governo ainda não tenha sido usado em virtude da burocracia. E os índices de violência no Rio só aumentam, afirmou.



Roque de Sá/Agência Senado

Segurança deve ser prioridade, afirma Simone Tebet

O Atlas da Violência 2018, divulgado nesta semana, confirma que a segurança pública é o principal desafio do país, disse Simone Tebet (MDB-MS).

Segundo o estudo, nos últimos dez anos, 553 mil pessoas perderam a vida vítimas de violência no Brasil. O país atingiu a taxa de 30 assassinatos por 100 mil habitantes em 2016 (30 vezes a taxa da Europa). Para a senadora, o país precisa rever a política de segurança pública, investir mais nas fronteiras, rever o encarceramento em casos de crimes não violentos e buscar outras soluções contra a “guerra civil não declarada”.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Jorge Viana defende pacto contra a violência

Jorge Viana (PT-AC) cobrou em Plenário a formação de “um grande entendimento nacional” para combater a violência e conter a ação de facções criminosas. Para o senador, a crise política e institucional que se instalou a partir de 2014 agravou o problema da segurança pública.

— Em vez de ficarmos apontando o dedo um contra o outro, está na hora de nos juntarmos, parando tudo aquilo que não é importante, para encontrar uma maneira de dar um basta à violência e vencer as facções criminosas. Quanto tempo vamos esperar por um grande entendimento nacional? Não é possível que a gente não mude.

Paulo Rocha cobra apuração de morte de líder camponês

Paulo Rocha (PT-PA) cobrou a prisão dos mandantes do assassinato do líder camponês Katison de Souza. Militante do Movimento dos Pequenos Agricultores, Katison foi morto a golpes de facão no Pará, no sábado. O senador citou levantamento da Comissão Pastoral da Terra segundo o qual foram registrados 70 homicídios no campo em 2017, um aumento de 15% em relação a 2016. Do total, 22 assassinatos ocorreram no Pará.

— É duro saber que a luta pela terra e pelos direitos do campo ainda é marcada com sangue.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Marta quer mais investimentos na educação básica

Marta Suplicy (MDB-SP) se declarou chocada com os números divulgados pelo Ipea no Atlas da Violência de 2018, em que metade dos casos de estupro foram cometidos contra menores de 13 anos. A senadora fez uma relação entre a criminalidade e a falta de educação.

— Essa violência tem tudo a ver com a desigualdade social e a falta de educação no Brasil. Não é apenas a repressão que resolve. A educação é um processo de longo prazo.

Segundo a senadora, é preciso investir por muitos anos na educação básica para que os bons efeitos possam aparecer.



Roque de Sá/Agência Senado

Malta defende prisão perpétua para estupro de criança

Na CPI dos Maus-Tratos, senador relatou visita que fez ao Espírito Santo para ouvir suspeitos de crimes de repercussão no estado

AO ABRIR A reunião de ontem, o presidente da CPI dos Maus-Tratos, Magno Malta (PR-ES), defendeu a pena de prisão perpétua para criminosos que estupram crianças e adolescentes. O senador aproveitou para relatar os dois dias em que esteve no Ministério Público do Espírito Santo ouvindo autores de crimes de grande repercussão no estado.

— Ouvimos criminosos emblemáticos a fim de entender esse universo e criar uma legislação eficiente que puna esse tipo de crime no Brasil. Precisamos começar a movimentação em defesa da prisão perpétua para esse tipo de demônio que violenta física, espiritual e moralmente uma criança — defendeu.

Treinador

Na reunião foram aprovados uma série de requerimentos. Entre eles, um de autoria de José Medeiros (Pode-MT) para oitiva de Marcos Goto, coordenador-chefe de seleções de ginástica, e de Thaís Copini, psicóloga que atendia os atletas no Clube Movimento de Expansão Social Católica (Mesc), no qual trabalhava o técnico de ginástica artística Fernando de Carvalho Lopes. Ex-atletas do treinador o acusaram de



Magno Malta diz que pretende ouvir a jornalista que fez reportagem sobre abuso no ginástica

abusos sexuais durante vários anos em treinos, testes físicos e em viagens.

Malta informou que pretende ouvir na próxima semana a jornalista Joanna de Assis, do Grupo Globo, que fez a reportagem com denúncias contra treinador. Ele disse ainda que a comissão fará reuniões para tratar da denúncia sobre a existência, em São Paulo, de uma espécie de máfia de elaboração de laudos a favor de pais abusadores.

Quatro requerimentos aprovados dizem respeito à situação da menor

I.R.S.. Segundo Malta, ela sofre de doença respiratória e passou a viver com o pai, depois de longa batalha judicial.

A mãe esteve na CPI e denunciou que a filha não está recebendo o tratamento adequado. O pai, por sua vez, em depoimento, alegou que a criança não precisa de todo tratamento que a mãe indica.

Serão ouvidos médicos, professores da escola onde a menina estuda, em Paraty (RJ), e representantes do conselho tutelar.

Reforma do Código Comercial será debatida com líderes rurais

O projeto de lei da reforma do Código Comercial será debatido em audiência pública em Dourados, no Mato Grosso do Sul, com a participação de lideranças dos produtores rurais do estado, representantes do governo, professores universitários e juristas. O debate será realizado na sexta-feira da semana que vem, na Câmara Municipal de Dourados, às 19h.

Requerimento sobre o assunto foi aprovado na quarta-feira na comissão temporária encarregada de emitir parecer ao PLS 487/2013. Elaborado por uma comissão de juristas, o texto é relatado pelo senador Pedro Chaves (PRB-MS), que deve apresentar suas conclusões até o final de junho.

Foram convidados o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Mauricio Koji Saito, o presidente do Sindicato Rural de Dourados, Lucio Damalia, o professor do Curso de Economia da Universidade Anhanguera Dourados, Carlos Vitoratti, a assessora



Pedro Chaves é o relator do projeto de reforma do Código Comercial

parlamentar especialista em Direito Empresarial, Ana Paula Lung de Lima, o conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MS), Alexandre Mantovani, o superintendente federal do Ministério da Agricultura, Celso de

Souza Martins, o professor de Direito Comercial da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Fábio Ulhoa Coelho, e o vice-reitor da Universidade Federal da Grande Dourados, Márcio Eduardo de Barros.

Desburocratização

O anteprojeto da reforma do Código Comercial prevê a simplificação, a desburocratização e a melhoria do ambiente de negócios no Brasil, a atualização e sistematização das normas comerciais e empresariais brasileiras, a criação de regras para a insolvência de empresas transnacionais e a adequação da legislação brasileira sobre abertura e fechamento de empresas aos padrões internacionais, menos burocráticos.

A comissão temporária que analisa o projeto é presidida pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Além dos debates ocorridos no Senado, o projeto já foi discutido em audiências públicas em Campo Grande, São Paulo e Recife.

DÊ SUA OPINIÃO

Sugestão legislativa pede fim da Lei Rouanet e redução de impostos

Criada em 1991, a Lei Rouanet tem o objetivo de estimular os investimentos em produção cultural brasileira. Para isso, concede isenção de impostos a empresas que patrocinarem filmes, espetáculos musicais, peças de teatro, exposições artísticas e outros tipos de produções culturais nacionais previamente aprovadas pelo governo federal. Uma sugestão legislativa apresentada por meio do portal e-Cidadania quer revogá-la.

A SUG 49/2017 foi apresentada pelo cidadão Marcelo Faria, de São Paulo, no portal e-Cidadania e recebeu o apoio de mais de 20 mil pessoas – requisito para ser encaminhada à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Faria argumenta que o dinheiro destinado para projetos escolhidos pelo governo deveria “estar no bolso dos trabalhadores”. Por isso, pede também a “redução de impostos na mesma proporção”.

Participação

A CDH decidirá se a sugestão deve ou não ser transformada em projeto de lei. A relatora é a senadora Marta Suplicy (MDB-SP).

A comissão já transformou em projetos de lei sugestões como a que pedia a proibição dos limites de franquias na internet, e já rejeitou outras como a que pedia a proibição do funk.

Todas as propostas que tramitam no Senado estão abertas a consulta pública por meio do e-Cidadania. Qualquer cidadão pode enviar ideias de novas leis ao portal.

Qual a sua opinião sobre o projeto?

Vote em:

<http://bit.ly/PLS91-2017>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

Comente também na página do Senado no Facebook: facebook.com/senadofederal

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Avançam embaixadores para Azerbaijão e Malawi

Após sabatina, a Comissão de Relações Exteriores aprovou as indicações de Manuel Lopes da Cruz para o país europeu e de Artur José de Oliveira para o africano. Os nomes seguem para o Plenário

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou a indicação dos diplomatas Manuel Lopes da Cruz e Artur José Saraiva de Oliveira para chefiarem as representações brasileiras no Azerbaijão e no Malawi, respectivamente. Os nomes seguem ao Plenário.

Durante a sabatina, Lopes da Cruz alertou aos senadores que o Brasil necessita mostrar-se mais ativo em relação ao boom econômico por que vem passando o Azerbaijão. O país europeu, localizado na região do Cáucaso, é um dos grandes produtores de petróleo e gás no mundo, e vive um expressivo crescimento desde o início do século, quando abriu o setor petrolífero para a exploração por empresas estrangeiras. O modelo adotado pelo Azerbaijão prevê a participação da companhia estatal em todos os contratos, fator que permite ao Fundo Soberano local diversificar seus investimentos dentro e fora do país.

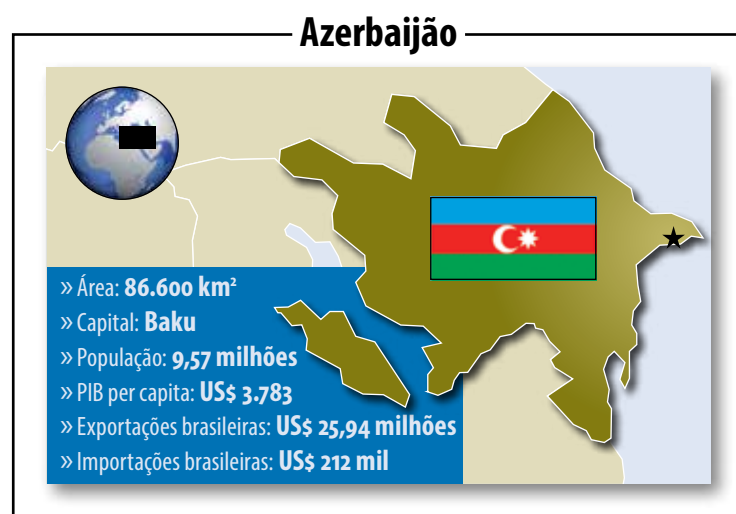
— Esse fundo tem um estoque de investimentos nos Estados Unidos que já chega a US\$ 6,5 bilhões. Na Turquia, são US\$ 12 bilhões. Porque não investir no Brasil? Esse é um foco que podemos explorar.

Lopes da Cruz enxerga que um outro nicho para empresários brasileiros está na agricultura, pois assim como outras nações ricas em petróleo, o Azerbaijão apresenta

uma certa incipiência nesta área. Apenas cerca de 3% do PIB do país está vinculado ao setor agrícola.

Sementes

O fortalecimento de vínculos na área da agricultura também é promissora no que se refere ao Malawi, informou Oliveira. O diplomata disse que a embaixada brasileira no local já detectou possibilidades de incremento da exportação de sementes e manufaturados a partir de contratos de cooperação celebrados com o governo do país africano. Oliveira alertou que o Malawi é relevante para o Brasil, pois trata-se de um caso raro em que investimentos provenientes de nosso país superam os da China. Isso ocorre graças à empresa Vale, que já investiu mais de US\$ 1 bilhão na exploração mineral do território.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br



Artur José de Oliveira, indicado ao Malawi, senador Jorge Viana e Manuel Lopes da Cruz, indicado ao Azerbaijão

Instalado grupo parlamentar Brasil-Coreia do Norte

Foi instalado ontem o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Norte durante reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Formado por senadores e deputados, o grupo brasileiro terá um correspondente a ser formado pelo parlamento da nação asiática.

Na parte do Brasil, o grupo é presidido por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), tendo como vices o presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL), e Pedro Chaves (PRB-MS).

Collor explicou que o grupo é o primeiro fruto da diplomacia parlamentar empreendida por ele e Chaves no final de abril, quando visitaram oficialmente a Coreia do Norte. A viagem de Collor e Chaves coincidiu com encontro das lideranças das duas Coreias, que teve como marco a Declaração de Panmunjon, assinada em 27 de abril pelo líder norte-coreano, Kim Jong-un, e pelo presidente sul-coreano, Moon Jae-in. Para Collor, o Brasil deve se engajar neste "momento histórico" de

reaproximação das Coreias.

O senador destacou ainda que a reaproximação é fruto do esforço de Kim Jong-un. Indagado por Ana Amélia (PP-RS) sobre a "sinceridade" da iniciativa, Collor disse que, com base nas reuniões que manteve com autoridades norte-coreanas, o país está de fato engajado em uma nova era.

— Esse compromisso já vem sendo confirmado por ações efetivas tomadas desde então, como a destruição de um centro de testes nucleares.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Em 2015, o Brasil possuía 15,3 milhões de armas de fogo privadas

Projeto obriga uso de chip para rastrear arma de fogo

O uso obrigatório de chips de identificação em todas as armas de fogo vendidas no Brasil começa a ser analisado pelo Senado. O objetivo do projeto de lei (PLS 241/2018) é evitar que as armas roubadas desapareçam ao ter a numeração raspada, como ocorre hoje.

O autor, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), observou que, anualmente, milhares de armas de fogo são desviadas, furtadas ou roubadas de agentes ou órgãos de segurança pública, das Forças Armadas ou das empresas de segurança privada, indo parar nas mãos de criminosos.

“Grande parte desse arsenal tem sua numeração raspada, o que, muitas vezes, impossibilita sua identificação e rastreamento. Este projeto de lei prevê que as armas de fogo comercializadas no Brasil depois de um ano da vigência da Lei deverão possuir um circuito eletrônico integrado que permita sua identificação. É bom ressaltar que mesmo as armas destinadas a agentes e órgãos

públicos deverão conter o dispositivo de segurança”, detalhou o senador.

A obrigação de implantação de chip não será exigida para as armas comercializadas até a entrada em vigor da lei. Para Cássio, não seria razoável implantar chips em milhões de armas já em circulação. A proposta está em fase de recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão final.

Segundo o Mapa da Violência 2015, há 15,3 milhões de armas privadas no país, das quais 6,8 milhões estão registradas. O porte de armas é permitido, pelo Estatuto do Desarmamento, a quem demonstrar necessidade por atividade profissional de risco ou ameaça à integridade física e cumprir uma série de outros requisitos. É necessário ainda ter idade mínima de 25 anos e certidão criminal negativa. Atualmente, o direito está direcionado a servidores de segurança pública, defesa nacional, Judiciário e Ministério Público.

MP cria indenização emergencial para policiais rodoviários

Medida provisória publicada no dia 30 instituiu uma indenização de caráter temporário e emergencial ao policial rodoviário federal que, voluntariamente, trabalhar na sua folga em ações relevantes, complexas ou emergenciais.

A MP 837/2018 foi editada para garantir a atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante a greve dos caminhoneiros, quando grande parte do efetivo teve que ser mobilizado. A Advocacia-Geral da União (AGU) elaborou uma orientação para os policiais aplicarem multas aos caminhoneiros que obstruíam rodovias.

A indenização será de R\$ 420 por escala ou turno de seis horas, e de R\$ 900 por 12 horas trabalhadas. O valor não poderá ser pago cumulativamente com diárias ou com indenização de campo.

Quando houver cumulatividade, o policial receberá a verba indenizatória de maior valor.

Impostos

A MP determina que sobre a indenização não haverá incidência de Imposto sobre a Renda e contribuição previdenciária. Também não será incorporada ao salário do policial e não poderá ser utilizada como base de cálculo para outras vantagens, inclusive aposentadoria ou de pensão por morte.

Um ato do ministro extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann, estabelecerá as condições e os critérios necessários para o recebimento da indenização. Os recursos necessários para custear a despesa virão de remanejamentos de dotações da própria PRF.

Da Agência Câmara

Visita ao Congresso é premiada pelo TripAdvisor

Pelo quinto ano seguido o programa de visitação institucional recebe o certificado de excelência do site de viagens, por ter mais de 85% de avaliações positivas dos internautas

O CONGRESSO RECEBEU o Prêmio Certificado de Excelência do TripAdvisor 2018 pelo programa de visitação institucional. Este é o quinto ano seguido de premiação, o que significa que há mais de 60 meses o programa de visitação das duas Casas legislativas recebe mais de 85% das avaliações positivas (bom ou excelente) dos visitantes no site TripAdvisor.

Considerado o maior site de viagens do mundo, o TripAdvisor contém informações e opiniões sobre pontos turísticos, hotéis e restaurantes feitas pelos usuários, que votam e avaliam os locais por onde passam.

Atualmente, o Congresso tem quase cinco mil avaliações no site, sendo que mais de quatro mil consideram a visita boa ou excelente. Na opinião da diretora da Secretaria de Relações Públicas do Senado, Cristina Monteiro, além de permitir ao cidadão conhecer algumas áreas do Congresso e o seu funcionamento, a visita possibilita uma percepção melhor sobre o Congresso, os parlamentares e os servidores.

— O Certificado de Excelência do TripAdvisor reconhece o Programa de Visitação do Congresso como um serviço de alta qualidade disponibilizado aos brasileiros e estrangeiros, impactando positivamente a imagem do Senado e da Câmara — afirmou.

Para a chefe do Serviço da Visitação Institucional, Janaína Araújo, a premiação pelo quinto ano consecutivo revela o quanto o trabalho é feito com empenho.

— Sempre digo que acolher bem faz toda a diferença para o turista, e é isso que ressaltamos nos treinamentos com os monitores, a fim de que percebam como é importante ter a chance de apresentar a Casa e falar sobre seu papel fundamental, fomentando a cidadania e incentivando a participação popular — disse Janaína.

A coordenadora de Visitação Institucional, Mariana Tavares, afirmou que a conquista mostra que o Congresso não é apenas um cartão postal da cidade, mas um verdadeiro ponto de interesse das pessoas e que o prêmio reflete a qualidade do atendimento dispensado



O programa de visitação ocorre desde 1998. Em 2017, mais de 124 mil pessoas fizeram a visita guiada pelas duas Casas legislativas

ao cidadão.

— Isso mostra que o Parlamento tem muita importância para as pessoas que desejam não apenas conhecer o prédio, mas entender quem somos e o que fazemos para o país. O segundo ponto importante é que, ao analisarmos por que somos premiados já há cinco anos seguidos, percebemos claramente que é a qualidade do trabalho da visitação que faz diferença — destacou Mariana.

Excelência

De acordo com a assessoria de imprensa do TripAdvisor, o site utiliza um algoritmo próprio para determinar os ganhadores do certificado. São levados em conta a qualidade e a quantidade das avaliações e opiniões publicadas pelos viajantes, em um período de 12 meses. Também são considerados o tempo e a posição no ranking do índice de popularidade. Para receber o certificado, o estabelecimento deve manter uma pontuação geral mínima de quatro círculos (do total de cinco). Além disso, é preciso ter um número mínimo de avaliações e ter sido avaliado há pelo menos 12 meses.

A visitação ao Congresso é um trabalho conjunto entre a Coordenação de Visitação Institucional e de Relacionamento com a Comunidade, do

Senado, e o Serviço de Programas Institucionais e Relacionamento com a Comunidade, da Câmara dos Deputados. O programa de visitação ocorre desde 1998. Em 2017, mais de 124 mil pessoas fizeram a visita guiada. Entre elas, cerca de 3 mil eram visitantes de 82 países, como França, Estados Unidos, Nepal e Nova Zelândia.

A parceria ocorre não apenas entre as áreas de visita da Câmara e Senado. Segundo Mariana Tavares, o reconhecimento pela qualidade do trabalho também se deve a outras áreas do Senado, igualmente colaboradoras.

— Esse é um trabalho que temos orgulho em construir junto com a Câmara e com todas as áreas parceiras que cedem pessoas para a visita de fim de semana ou atuam diretamente para que possamos funcionar da melhor forma possível. Em parceria, vamos construindo novos caminhos e projetos para a Visitação, como a construção de roteiros diferenciados de história, arquitetura e artes que começam a ser implantados — disse Mariana.

Visitas Especiais

Além da visita institucional padrão, que percorre os salões e os plenários das duas Casas, há outras modalidades de visitas, chamadas técnicas especiais,

que passam por espaços específicos do Congresso Nacional não contemplados pelo roteiro da visitação diária. Uma é para conhecer especificamente as áreas de biblioteca e documentação do Senado e da Câmara; outra, para visitar os viveiros. Mais informações podem ser obtidas no site da visitação aqui.

Segundo Janaína Araújo, o setor está finalizando um roteiro de visitas sobre o centenário do artista Athos Bulcão, que deve ser iniciado em julho, e outro sobre a Constituição federal de 1988, prevista para começar no segundo semestre. No site do programa, o visitante pode também obter os audioguias, para ouvir as explicações sobre todo o percurso da visitação em cinco idiomas: português, francês, inglês, alemão e espanhol.

A visitação funciona de quinta a segunda-feira, inclusive finais de semana e feriados, das 9h às 17h30. Os grupos saem a cada 30 minutos, a partir do Salão Negro. Também são oferecidas visitas em inglês, francês, espanhol e libras.

Outras informações podem ser obtidas pelo e-mail visite@senado.leg.br ou pelo telefone 61 3303-4671. Você também pode acessar o site da visitação ou o perfil pelo Facebook (www.facebook.com/SenadoFederal).

Ana Amélia rebate crítica ao país e diz que povo é honesto

Em discurso ontem, Ana Amélia (PP-RS) criticou a senadora Gleisi Hoffman (PT-PR), que usou a tribuna do Senado para classificar o Brasil de “país, república de bananas, e de um Congresso Nacional desmoralizado”.

Ana Amélia defendeu que, ao contrário disso, o país “é grande, feito por gente honesta e que trabalha, inclusive dentro do Congresso”. Ela também declarou que não é ré na operação Lava-Jato, da Polícia Federal, e que trabalha com seriedade, economizando a verba pública e sem receber auxílio-moradia.

A senadora afirmou que não se arrepende de ter votado a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

PT lança pré-candidatura de Lula hoje, informa Gleisi

A pré-candidatura de Lula à Presidência da República será lançada na noite de hoje, em Contagem (MG), com o apoio de senadores, deputados, governadores e líderes do Partido dos Trabalhadores. Foi o que anunciou a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidente do partido.

A senadora disse que a prisão de Lula foi apressada e injusta, que sua condenação foi política, que ele é inocente e que o PT não vai desistir do maior líder popular do país. Na opinião de Gleisi, os direitos políticos de Lula não estão cassados porque a decisão que o condenou ainda não transitou em julgado.

— Ele vai ganhar mesmo preso.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Lasier Martins pede exame de impeachment de Gilmar

Lasier Martins (PSD-RS) comentou ontem a repercussão a respeito de pronunciamento feito por ele na terça-feira sobre o número de solturas das prisões pelo ministro Gilmar Mendes, do STF. Segundo o senador, somente em maio, foram 20 libertações de presos por envolvimento com corrupção.

Lasier esclareceu que não solicitou impeachment de Gilmar Mendes no discurso, mas a admissão, pelo Senado, de pelo menos um dos nove pedidos de impeachment contra o ministro que aguardam atendimento na Casa. De acordo com o senador, além de o Senado ter a missão de examinar o caso, há apelo público para a análise dessas petições.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Rudson: político de Roraima quer se perpetuar no poder

Há uma tentativa de perpetuação de pessoas no poder no Brasil, afirmou Rudson Leite (PV-RR). O senador criticou o caso da Assembleia Legislativa de Roraima e da Câmara de Vereadores da capital, Boa Vista.

Diferentemente do que acontece no Senado e na Câmara dos Deputados, Rudson informou que, em Roraima, os políticos já promovem a reeleição dos membros da mesa diretora da Assembleia assim que tomam posse.

O senador lembrou que essa conduta afronta o artigo 57 da Constituição, que veda a recondução de membros de mesas das casas legislativas ao mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.



Jefferson Rudy/Agência Senado